

Lei Ordinária nº 785/1986

Atualiza a tabela de Vencimentos do Pessoal da Prefeitura Municipal.

Eraldo Holosback Alves Azambuja, Prefeito Municipal: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 03 de novembro de 1986

Art. 1°. -

Fica concedido aumento de 50% (cinqüenta por cento) a partir de 01.10.86, à Tabela de Vencimentos do Pessoal, e dos Cargos em Comissão da Prefeitura.

Art. 2°. -

A Tabela de Vencimentos constantes da Lei 777/86 e da Lei 667/80, alterada pela Lei nº 773/86 de 13.02.86, que trata da Estrutura Administrativa da Prefeitura, passa a vigorar com os seguintes valores:

Referência Referência

CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo

CC-1 - Cz\$ 7.449.00

CC-2 - Cz\$ 4.697.00

CC-1 - Cz\$ 5.154.00

C.3.2 - Cz\$ 5.154.00

C.5.0 - Cz\$ 3.440.00

C.6.0 - Cz\$ 3.150.00

C.7.0 - Cz\$ 2.006.0

Art. 3°. -

Para os Chefes de Setores I e II e Chefe de Serviço I, especificados no Artigo 3°, da Lei nº 777/86, passa a vigorar com os seguintes valores:

-

Chefe do Setor de Expediente e Pessoal - I	Cz\$ 2.283,00
Chefe do Setor de Protocolo e Arquivo - I	Cz\$ 2.283,00
Chefe do Setor de Tributação e Cadastro - I	Cz\$ 2.283,00
Chefe do Setor de Limpeza Pública - I	Cz\$ 1.790,00
Chefe do Setor de Garagem e Oficina - II	Cz\$ 2.036,00
Chefe de Servico - L	Cz\$ 2.283.00

Art. 4°. -

Os Motoristas e Operadores de Máquinas lotados na Secretaria de Viação e Obras Públicas terão suas referencias atuais elevadas na seguinte ordem, na Tabela de Vencimentos:

"A" - Motorista: Referencia "15", Classe "C":

"B" - Operador de Máquinas: Referencia "20", Classe "C".

Parágrafo único. -

A elevação das consignadas neste artigo visam garantir o piso de 02 (dois) SMR aos Motoristas e Operadores de Máquinas lotados na Secretaria de Viação e Obras Publicas do Município.

Art. 5°. -

As Funções Gratificadas dos Chefes de Setores I e II e Chefe de Serviço I, obedecerão o disposto na Tabela II, da Lei nº 667/80, de 22.02.80.

Art. 6°. -

O Salário Família é atualizado de acordo com o Art. 12 da Lei nº 4.266, de 03.10.63 (CLT), em 5% (cinco por cento) do Salário Mínimo vigente no País, inclusive para os Estatutários.

Art. 7°. - Os benefícios desta Lei são extensivas aos inativos.

Art. 8°. -

Os Pensionistas perceberão o Salário Mínimo Vigente, fixado no Decreto-Lei Federal nº 2.284/86, de 10.03.86.

Art. 9°. -

As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias especificas do Orçamento vigente.

Art. 10 -

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos são a partir de 01 de outubro de 1986, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeitura Municipal de Camapuã, 03 de dezembro de 1986.

(a) Eraldo Holosback Alves Azambuja

Prefeito Municipal